

**O PROCESSO DE FORMALIZAÇÃO EM UM  
EMPREENHIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

*THE PROCESS OF FORMALIZATION IN AN ENTERPRISE OF  
SOLIDARY ECONOMY*

**Diego Neves de Sousa  
Cleiton Silva Ferreira Milagres  
Dayane Rouse Neves Sousa  
Cleverson Silva Ferreira Milagres**

**Embrapa Pesca e Aquicultura**  
diegocoop@hotmail.com  
**Universidade Federal do Tocantins - UFT**  
cleiton.milagres@hotmail.com  
**Universidade Federal de Viçosa- UFV**  
sousadayane@ymail.com, agromilagres@yahoo.com.br

**RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo descrever as informações necessárias para a formalização de um empreendimento comunitário autogestionário, que tem como caso empírico a Padaria Artesanal Comunitária "Mãos de Fibra", localizada na zona rural de Viçosa – MG, utilizando do apoio de técnicas participativas. O processo de formalização consistiu nas seguintes etapas: assembleia de fundação, elaboração do Estatuto Social, formação de chapa, ata de fundação, requerimento, registro da Associação no cartório e, por fim, aquisição do CNPJ. Entre os resultados, verificou-se que a formalização do empreendimento coletivo, como organização comunitária, passa a ser uma instituição importante na promoção da participação social dos envolvidos na comunidade e na condução de suas ações e decisões, a fim de promover o desenvolvimento local.

**Palavras-chave:** associativismo, formalização, empreendimento comunitário, autogestão.

**ABSTRACT**

This paper aims to describe the information needed to formalize a self - managed community enterprise, which has as an empirical case the Artisan Bakery Community "Hands of Fiber", located in the rural area of Viçosa - MG, using the support of participatory techniques. The process of formalization consisted of the following stages: founding assembly, preparation of the Social Status, formation of election plates, foundation charter, application, registration of the Association in the notary's office and, finally, acquisition of CNPJ. Among the results, it was verified that the formalization of the collective enterprise, as a community organization, becomes an important institution in promoting the social participation of those involved in the community and in the conduct of their actions and decisions, in order to promote local development.

**Keywords:** associativism, formalization, community enterprise, self-management.

## INTRODUÇÃO

A Economia Solidária aparece, tanto no âmbito econômico quanto no social, como alternativa à “inclusão social” de pessoas que se encontram em condições econômicas e sociais desfavoráveis. São várias as experiências que buscam favorecer essa inclusão por meio do estabelecimento de empreendimentos econômicos que gerem ocupações, trabalho e renda por meio de sua fundamentação nos princípios da “autogestão”, “cooperação” e “solidariedade”. Tais empreendimentos podem ter caráter informal ou formal, este último constituído legalmente por meio de cooperativa ou associação.

Deste modo, pode-se afirmar que os empreendimentos econômicos solidários proporcionam a reflexão sobre como os indivíduos e as famílias envolvidas na organização podem concretizar sua participação, no que tange a dimensão comunitária para o desenvolvimento local. Um passo importante nesta direção é a institucionalização das práticas organizativas.

Assim, a formalização de um empreendimento coletivo, como organização comunitária, passa a ser uma instituição importante na promoção da participação social dos atores envolvidos na comunidade e na condução de suas ações e decisões, a fim de promover o desenvolvimento local. Além disso, concorre positivamente para promover a ação empreendedora da comunidade em que está inserido.

Jesus (2003) associa o desenvolvimento local como o processo de transformação da economia e da comunidade local, criando maiores oportunidades de trabalho e renda, superando as dificuldades para beneficiar a melhoria da qualidade de vida da população beneficiária.

O associativismo aparece como uma forma de desenvolvimento, a partir da mobilização de pessoas que buscam se organizarem para desenvolver atividades de caráter econômico, social, cultural, educacional e político. Para Ramirez (1983), o associativismo em sentido amplo compreende toda iniciativa formal ou informal por meio do qual um grupo de pessoas ou de instituições buscam realizar em conjunto determinados interesses em comum.

A Padaria Artesanal Comunitária Mãos de Fibra, objetivo empírico deste estudo, caracteriza-se como um empreendimento comunitário solidário baseado na autogestão e com uma gestão desenvolvida de forma coletiva pelos próprios membros. No ano de 2010, o grupo era composto por 16 pessoas, predominando as mulheres, residentes nas comunidades Zig-Zag, Buieié, Violeira e Estação Velha, setores que compõe a comunidade do Córrego Fundo, zona rural de Viçosa, Minas Gerais. O grupo teve sua origem na necessidade de produzir alimentos para a própria comunidade e, num segundo momento, gerar renda por meio da comercialização de pães integrais, transformando a matéria prima agrícola em algo que pudesse garantir rendimentos financeiros ao grupo e, por conseguinte, a permanência no meio rural. Como a Padaria não tinha uma sede própria para fazer os pães, o grupo fazia sua produção na casa de uma das integrantes. Mais tarde, com o apoio de parceiros, a instituição construiu sua própria sede.

Assim, este trabalho tem como foco descrever as informações necessárias para a formalização de um empreendimento comunitário autogestionário, tendo como estudo de caso a Padaria Artesanal Comunitária Mãos de Fibra.

## **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada foi de caráter qualitativo. Os instrumentos de coleta de dados foram: observação do cotidiano no trabalho e nas reuniões da padaria, entrevistas informais e análise documental da constituição desta organização. Além disso, foram realizados encontros semanais entre os membros da Padaria e os extensionistas da UFV - Universidade Federal de Viçosa, a fim de discutir as dificuldades enfrentadas no cotidiano desta organização e a possibilidade de solucioná-las. Através destes encontros foi possível perceber a necessidade de formalizar o empreendimento, bem como reestruturar a sua forma de gestão.

No processo de formalização da Padaria foram utilizadas metodologias participativas, especificamente dinâmicas de grupo para o encaminhamento dos conteúdos relacionados à formalização junto aos integrantes da Padaria. Ainda acerca da gestão do empreendimento foram construídas ferramentas de gestão apropriadas à realidade do grupo, por meio da realização de oficinas e cursos sobre “Autogestão em Empreendimentos Solidários” e “Controle Financeiro”, com o objetivo de capacitar os integrantes para um melhor gerenciamento e preveni-los para eventuais adversidades que possam enfrentar durante o processo de comercialização dos produtos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A ideia de formalizar a Padaria Mãos de Fibra em uma associação surgiu como necessidade de solucionar os problemas que os integrantes da Padaria vinham enfrentando em relação ao recebimento dos materiais e equipamentos contemplados pelo Programa Minas Sem Fome do Governo Estadual, o acesso ao crédito, a emissão de notas fiscais e participação das redes curtas de comercialização.

A partir daí, os integrantes extensionistas (estudantes e professores da UFV) iniciaram o processo de formalização, inicialmente, através de uma reunião com os membros da Padaria Comunitária explicando quais seriam os passos a serem tomados diante desta decisão, os benefícios que a formalização iria trazer para aquele grupo e até mesmo para a comunidade local, além de apresentar algumas dificuldades que iriam passar a ter e despesas a pagar. Após a reunião, o grupo se manifestou mencionando o que acharam dos procedimentos para a formalização do empreendimento e, ao mesmo tempo, confirmaram que queriam que a Padaria tivesse um caráter legal, isto é, que constituíssem em uma pessoa jurídica.

O primeiro passo em questão foi a realização da assembleia de fundação da associação, designada no decorrer desta reunião como “Associação dos Agricultores Familiares Rurais Mãos de Fibra”. Nesta etapa, reuniram-se todos os integrantes da Padaria, e agora fundadores da associação, e os extensionistas, para elaboração e discussão do Estatuto Social. Um dos extensionistas que tem formação na área de Direito esboçou uma estrutura de Estatuto Social, para que eles pudessem ter uma noção, ou seja, para que todas as dúvidas quanto ao processo de formalização fossem sanadas. Reunido em pequenos grupos, foram sendo esboçados as primeiras ideias do Estatuto Social no qual foi lido, explicado e discutido cada capítulo com os seus respectivos parágrafos. Em seguida, eles deveriam levantar a mão indicando que estava aprovado cada argumento lido e em caso de reprovação ou acréscimo de algo no referido item os integrantes do empreendimento se manifestavam dando suas opiniões.

Na elaboração do Estatuto foram observadas regras pertinentes a formulações de qualquer ato legal, tais como, apresentação formal, linguagem correta e precisa, ideias coordenadas, concisas e claras.

No segundo momento foi à formação de chapa do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal da Associação, constituída por nove membros, os quais ocuparam o cargo de Presidente, Vice-Presidente, primeiro e segundo Secretários, primeiro e segundo Tesoureiros e três Conselheiros Fiscais, conforme norteia o Estatuto Social da presente Associação. A formação de chapa teve a participação de todos os integrantes da Padaria através da comparação das atividades administrativas que cada membro já executava dentro do empreendimento com os novos cargos que surgiram a partir da formalização do empreendimento. Além disso, foi analisado o nível escolar, cursos extracurriculares e o perfil de cada pessoa para atuar em determinada função. Após a comparação foi indicado os nomes das pessoas para ocuparem cada Diretoria e a pessoa escolhida decidia se queria ou não fazer parte. A chapa completa de candidatos trabalharia por um período de dois anos, podendo seus membros ser reeleitos nas próximas eleições para o mesmo prazo.

No terceiro momento foram redigidos os seguintes documentos: Ata de Fundação da Associação e o Requerimento para realizarem o Registro da Associação Civil no cartório do município de Viçosa – MG. Na elaboração da ata foi necessário adquirir o nome completo de cada membro da chapa formada por seus respectivos CPFs - Cadastro de Pessoas Físicas. *A posteriori*, foi necessário consultar o documento no site da Receita Federal para verificar se estavam todos regularizados para fazer o devido registro no cartório. Os CPFs que estavam irregulares foram informados para as devidas pessoas e orientados para solucionarem as suas pendências junto a Receita Federal.

O registro da Associação no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas foi a etapa mais burocrática e que precisou ter mais atenção, pois foi o momento que deve ser levado todos os documentos que estão previstos na lei, sendo necessários os seguintes para se registrar uma associação: três vias da Ata de Fundação, contendo os nomes e os CPFs dos membros do Conselho Administrativo, assinatura de todos os membros presentes e reconhecer firma do presidente, vice-presidente, primeiro secretário e primeiro tesoureiro; duas vias do Estatuto Social da Associação, com a assinatura do presidente e com visto e carimbo de um advogado em todas as páginas; duas vias do Requerimento, ofício dirigido ao cartório solicitando o registro da Associação, assinado pelo presidente; um livro de ata; e, por fim, cópias do CPF e o RG dos diretores do Conselho Administrativo. Com a documentação em ordem o registro foi realizado. O oficial do cartório fez o lançamento da certidão de registro e devolveu uma das vias dos estatutos com o número de ordem, livro e folha onde foi lançado.

Por último, foi necessário providenciar o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, que foi feito na Receita Federal de Ubá - MG. Esse cadastro permitiu a Associação prestar serviços, realizar contratos, comprar, vender e pagar impostos. Após tirar o CNPJ foi necessário também providenciar a nota fiscal eletrônica através da Receita Federal. Concluída esta etapa, a Associação estava devidamente registrada e pronta para entrar em funcionamento.

Neste contexto, verificou-se que associações solidárias de agricultores têm, a duras penas, buscado inserção qualitativa e sustentável em mercados. Estes mercados, longe de serem solidários e abertos às necessidades de inclusão social, são seletivos, competitivos e excludentes (Milagres et al, 2013). Este caráter da economia capitalista gera a necessidade de qualificação e capacitação para firmar empreendimentos econômicos solidários e de produção em pequena escala. Um passo importante nesta direção é a institucionalização das práticas organizativas, a qualificação do processo produtivo, a agregação de valor cultural aos produtos, dentre outras iniciativas (Sousa et al, 2013). A formalização do empreendimento é parte fundamental deste esforço.

Após executadas as propostas de solução dos problemas averiguou-se que a maioria dos integrantes da Padaria tinha dificuldade em executar mecanismos de controle financeiro, de planejamento, de gestão e de comercialização. Para isso, foram realizados capacitações. Uma das oportunidades desse empreendimento comunitário é o modo de realizar a produção dos pães, que tem a sua feitura artesanal e a característica de produto “tipicamente rural”, o que proporciona um valor agregado aos seus produtos, além de que toda produção é entregue diretamente ao cliente, na residência ou no local de trabalho, podendo ser considerado como estratégia de mercado. Além disso, é necessário enfatizar que a Padaria exerce a autogestão, isto é, o processo de tomada de decisão baseado na democracia e na igualdade de direitos entre os partícipes do processo.

## **CONCLUSÃO**

Entre os resultados, constatou-se que o grupo enfrentou dificuldades em relação à gestão do empreendimento, principalmente no que se refere ao sobrecarregamento de tarefa em uma única pessoa, o acesso ao crédito, a emissão de notas fiscais e na participação em redes de comercialização. Assim, a solução para esses problemas foi encontrada na formalização do empreendimento e no desenvolvimento de uma estrutura organizacional sustentável.

Por meio de um trabalho participativo junto às famílias rurais a fim de identificar mecanismos para a formalização e inserção do grupo no mercado, os membros do empreendimento foram capacitados para que participassem de maneira mais qualificada das atividades da Associação. Dessa forma, promove-se a formação de cidadãos capazes de atuar na gestão dos processos locais voltados para o desenvolvimento humano e inclusão social.

Postula-se que a organização desses integrantes da Padaria em um empreendimento cooperativo formal, além de transformar essas em agentes sociais ativos, com papel destacado no processo de desenvolvimento comunitário, contribui para a sustentabilidade socioeconômica e cria condições que propiciem melhor renda e qualidade de vida.

Percebe-se, ainda, que a formalização da Padaria Artesanal Comunitária Mãos de Fibra possibilitou uma estrutura organizacional formal e auto-sustentável, oferecendo condições de trabalho digno para a comunidade rural, aumentando a produção e otimizando os seus resultados através de técnicas organizacionais de empreendimentos sociais.

## **Referências**

JESUS, P. de. Desenvolvimento Local. In: Cattani, A. D. (Org). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Vaz Editores. 2003.

MILAGRES, C.S.F.; SOUSA, D. N.; DIAS, M. M.; SOUSA, D. R. N.; MILAGRES, C. F. S. . O empreendimento coletivo e seu papel no desenvolvimento comunitário: a ação extensionista na padaria artesanal "Mãos de fibra". **Revista Ciência em Extensão**, v. 9, p. 80-93, 2013.

RAMIREZ, B.R. **Formas Associativas de Cooperación**. São Leopoldo: Unisinos, Perspectiva Econômica, nº11, 1983

SOUSA, D. N.; MILAGRES, C.S.F.; DIAS, M. M.; SOUSA, D. R. N.; MILAGRES, C. F. S. A importância de identificar e mapear as organizações em contextos de ação extensionista: o caso da padaria artesanal comunitária 'Mãos de Fibra'. **Revista em Extensão (Online)**, v. 12, p. 51-64, 2013.

**Recebido para publicação em 28 de janeiro 2017**

**Aceito para publicação em 6 de março de 2017**